

/// A prioridade do governo é a educação básica, mas devemos promover ações pensando no futuro

A expansão do ensino superior no Estado

Se queremos um Estado competitivo com mais oportunidade para as pessoas, a educação, da básica à superior, precisa ser prioridade. É importante ter clareza do que vem a ser o projeto do governo do Estado para a educação no Espírito Santo, para não cairmos em contradições.

A prioridade é, sim, a educação básica. Até o final de 2014 o governo irá investir R\$ 500 milhões na infraestrutura das

escolas, bem como em programas que visam à melhoria da qualidade do ensino, tais como cursos de idiomas, extensão do tempo de permanência do aluno na escola e tecnologia educacional, e ainda em capacitação e concurso para professores. Apesar de a obrigatoriedade constitucional de aplicação em educação ser de 25%, os recursos destinados à área ultrapassa esse índice todos os anos.

Mas também é preciso refletir: onde serão formados os professores que atuarão na educação básica? E os que desejam a educação superior e não alcançam essa oportunidade?

Vejamos os desafios: o Plano Nacional de Educação (PNE 2013-2023) estabelece em sua meta 12 que, na década, o número de matrículas na educação superior deve se elevar para 50%, sendo que deste percentual, 33% devem ser de jovens com idade entre 18 a 24 anos. Temos, então, 442.092 jovens nessa condição no Estado (IBGE 2010) e menos de 60 mil (Ipea 2010) matriculados no ensino superior. Para alcançar a meta, teríamos que até 2023 aumentar 87.130 matrículas nessa faixa etária, dos quais

40% devem ser oferta pública.

Diante desse desafio, o governo do Estado assume o compromisso de expandir o acesso ao ensino superior, um projeto que irá complementar as vagas já ofertadas. Serão utilizadas as estruturas das Escolas Técnicas Estaduais que estão sendo construídas em parceria com o governo federal. Sabemos que, embora tenham papel fundamental, a Ufes e o Ifes não conseguirão expandir o suficiente para atender às necessidades do Estado.

Compete, portanto, a uma gestão responsável atuar no presente com ações que evitem cobranças futuras na educação superior semelhantes às que são feitas hoje em relação à educação básica.